

## DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

## O REGIME SALAZARISTA NOS ANOS SESSENTA VISTO PELO JORNAL *LE MONDE*

*La Crise du Salazarisme dans les années soixante et l'opinion publique française (1958-1968)*, eis o tema nuclear da nossa tese de *maîtrise*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Poitiers, no decurso de 1993\*\*, tomando por referência um conjunto de editoriais, pequenas "notícias do estrangeiro", cartas e reportagens, vindas a lume ao longo de um decénio no jornal *Le Monde*. Estamos *ab initio* confrontados com um olhar puramente exógeno, todavia implacável, visão cosmopolita onde a comunicação social não sacrifica a constrangimentos prévios, como tal, feito de curiosidade, senão mesmo comiseração. O discurso desenvolvimentalista, empenhado na causa da emancipação dos povos colonizados, transpõe os Pirenéus, tampão prenhe de multissecularidade, demarcando ritmos de Norte e Sul, debruçando-se sobre um país "sem história", ao retardo, regido pela batuta de um *maître absolu*, cuja representação do mundo se parece ter cristalizado em valores mais afins do século XIX, ou pelo menos anteriores aos que fizeram escola até à 2ª Guerra Mundial.

Estamos longe das encomiásticas laudes produzidas no estrangeiro sobre o ditador, até meados dos anos SOÍ<sup>1</sup>). E se a leitura

Licenciado em História.

Trabalho orientado pelo Professor Jacques Valette, especialista de relações internacionais do século XX. A versão portuguesa beneficiou das críticas pertinentes do Senhor Professor Luís Reis Torgal.

0) Luís Reis Torgal, "Salazarismo, Fascismo e Europa", *Vértice*, Lisboa, n.º 52, Jan.-Fev., 1993, pp. 41-52.

progressista do *Le Monde* diverge do discurso conservantista de um jornal como o *Le Figaro*, o certo é que um Portugal arcaico, paradigma de conservação *démodé*, impõe-se, não apenas nos editoriais *Le Monde*, mas igualmente em historiografia posterior, autoriada por Jacques Georgel<sup>(2)</sup>, Jacques Marcadé<sup>(3)</sup> e Arno Münster<sup>(4)</sup>. Partindo da obra de Daniel Henri-Pageaux<sup>(5)</sup>, breve concluímos que persiste plurissecularmente intacta a velha imagem dos "bárbaros ou cafres da Europa". Imagem escrita, sintonizada com certa literatura turística<sup>(6)</sup> reforçada por iconografia patética, povoada de fantasmas de miséria, e gentes vestindo de negro, propalada em álbuns fotográficos vários, tais, *Le Portugal*, Paris, Hachette, 1961 (textos de Suzanne Chantal); *Portugal 1974-1975. Regards sur une tentative de pouvoir populaire*; Hier & Demain, 1979; *Les Portugais*, Paris, Éditions Berthram, 1989.

Pais de analfabetismo, arauto de um messianismo tributário de Fernão Lopes, Zurara, Camões e Pessoa<sup>(7)</sup>, com os nativos demandando aos milhares pão e labor à margem norte da Ibéria atávica.

O texto original, de 107 páginas, surge agora substancialmente alterado na versão portuguesa, visto privilegiar exclusivamente a fonte referencial, apartando de si a inserção nos quadros gerais da História de Portugal, a que se procedera, visto que o trabalho se destinava a um júri menos versado numa historiografia incipiente como é a respeitante a Portugal. Para sermos mais precisos, excluindo as abordagens de J. Georgel e J. Marcadé, os investigadores franceses têm-se contentado

(2) Jacques Georgel, *Le Salazarisme. Histoire et Bilan, 1926-1974*, Paris, 1981.

(3) Jacques Marcadé, *Le Portugal au XXe Siècle, 1910-1985*, 1ª ed., Paris, PUF, 1988.

(4) Arno Münster, *Révolution et Contre-Révolution au Portugal*, 1ª ed., Paris, Galilée, 1977.

(5) Cf. *Imagens de Portugal na Cultura Francesa*, 1ª ed., Lisboa, Biblioteca Breve, 1983.

(6) Num Guia Turístico de Portugal, editado pela Hachette, em 1964, p. 26, escrevem-se bizarrarias como: "Este povo é corajoso, quase humilde, resignado [...], falta no entanto aos portugueses as faculdades da abstracção; eles caracterizam-se pelo gosto do anedótico e do pitoresco".

(7) Algumas pistas para a incursão ao tema pode ser encontradas em João Medina, "O Estado Novo. O Ditador e a Ditadura", in *Historia de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Amadora, vol. XII, Ediclube, 1993, pp. 11-148.

apenas com uma tradução da "Historia de Portugal", de A. de Oliveira Marques<sup>(8)</sup>.

Antes de mergulharmos na problematização dos documentos, urge prevenir que a visão sustentada pelo jornalista não coincide com o olhar em profundidade do historiador. Isto é, deparamo-nos, não raro, com lacunas, deficiência de informação colmatada por enfáticas repetições e leituras entusiasticamente parciais, engajadas a uma causa outra que só o conhecimento da psicologia vivencial e da formação ideológica dos autores permitirá descortinar com mor serenidade. Infelizmente não nos foi dado colher informação biográfica sobre os principais gestores do gosto francês: na realidade, Angel Marvaud, Marcel Niedergang, Suzanne du Lusignan, e K. Christich, jogarão um papel mediador entre um regime meio desconhecido, visto à distancia, e uma opinião pública ávida de emoções, junto da qual a informação chegará filtrada.

Especifiquemos melhor o que vem de ser dito: um ano volvido sobre a fundação do jornal, em 1946, Angel Marvaud desloca-se a Lisboa, daí resultando uma reportagem intitulada "Les Embarras du Portugal"<sup>(9)</sup>, onde o autor escarpeliza o crescimento urbano de Lisboa, a euforia da construção de novas cidades universitárias, a facção monárquica, a oposição de esquerda, as juventudes salazaristas, a imprensa e a censura, a coabitação com a Igreja, as relações internacionais e a política da ONU, para finalmente se quedar pela abordagem do intercâmbio cultural entre a França e Portugal. Estamos perante uma leitura que realça o conflito, a pobreza, a ruralidade, o défice alimentar, e o analfabetismo da população, prenunciando já um modo de fazer notícia hostil ao paradigma autoritarista, que encontrará foros de consagração ao longo do período que estudamos.

Balizámos a nossa abordagem entre fins dos anos 50 (1958) e o estertor da década de sessenta (1968), período que em nosso entender marca o prelúdio do fim da assaz longa glaciação salazarista<sup>(10)</sup>. A

<sup>(8)</sup> Cf. *Histoire du Portugal des origines à nos jours*, 1ª ed., Roanne, Horwath, 1978.

<sup>(9)</sup> Cf. "Les Embarras du Portugal", *Le Monde*, edições de 12/12/1946, p. 1; 13/12/1946, p. 1; 14/12/1946, p. 2; 17/12/1946, p. 3; 18/12/1946 e 19/12/1946.

<sup>(10)</sup> Perfilhamos a teoria de Fernando Rosas, de que "A durabilidade do salazarismo de 1961 a 1968 já pouco tem a ver com a arte de equilibrar o que está

primeira data assinala a emergência de uma brecha, protagonizada pelo frescor do "general sem medo", a que já não obviarão as panaceias do bom velho messias de Santa Comba. Todavia asseverou-se possível miná-la, em usando artilheiramente da eficácia do aparelho do Poder e, bem assim, da violência simbólica. 1968 personifica, tão só, um afastamento físico, mitigado por teimosa tentativa de prolongar psicologicamente um mito em agonia. Salazar feneceu tranquilamente no leito, o que não é coisa de pouca monta para "um ditador", no dizer de Mário Soares<sup>(n)</sup>. De facto, o líder dos heterónimos morreu envolto em áurea de santidade.

O jornal *Le Monde* constitui uma fonte forçosamente lacunar. Uma triagem debruçada sobre 350 artigos, demonstra um valor informativo muito desigual. Compreensivelmente, a campanha eleitoral de 1958 catapultou Portugal para a primeira página, concedendo-lhe honras de editorial. São enviados repórteres a Lisboa. Em tempos de Guerra Fria, a silenciosa *Pox Lusitana* parece concitar a piedade de uma opinião pública esclarecida, ou desejava de esclarecer-se, numa época em que os velhos paradigmas da superioridade da civilização ocidental tendem a soçobrar.

### *Imagens de Portugal nos editoriais Le Monde*

Para o período considerado, autopsiámos dezasseis editoriais onde se espelha claramente a visão perfilhada pela direcção deste órgão de comunicação em relação a Portugal. O editorial de 7/6/1958 ("Campagne électorale agitée au Portugal") toma entusiasticamente o partido de Humberto Delgado, definindo um modo de fazer notícia avesso à governança do *premier ministre perpétuel*, chamado a alçar as varas do mando pelos homens que haviam feito o 28 de Maio de 1926. Delgado é celebrado como futuro dirigente capaz de enfrentar o regime e efectuar a transição para a democratização. Citando trechos caros à campanha fulgurante de Delgado, discorre-se sobre o absentismo e desinformação das massas, a repressão, os aparelhos de reprodução

definitivamente desequilibrado", expressa em "Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política", in *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 24.

<sup>(n)</sup> Ver Mário Soares, "Antonio de Oliveira Salazar. 1889-1970. Um breve Perfil", in *Publico Magazine*, 29/7/1990, pp. 6-11.

ideológico-culturais. À falta de informação, veicula-se que o afastamento de Craveiro Lopes se fica a dever a "desentendimentos com a facção monárquica"<sup>(12)</sup>. Nutre-se a esperança de que o discurso de Delgado venha despertar as camadas populares da sua modorra habitual. Aestagnação económica que corrói o país é posta em destaque. Não obstante estes considerandos, o articulista opina, realisticamente, que Delgado virá a ser esmagado pelas engrenagens do asfíxiante aparelho que sustenta o candidato da União Nacional, o "apagado" Américo Tomás.

Campeia já neste texto certa terminologia que, enfatizada ao longo dos editoriais posteriores, potenciará o forjar de paradigmas referenciais, mediante os quais os leitores identificarão o Primeiro Ministro, o regime, a política colonialista, a produção cultural e as relações diplomáticas. Salazar é caracterizado como "primeiro ministro perpétuo", "senhor absoluto de Portugal" (26/1/1961), "o Doutor", "o antigo professor de Coimbra"<sup>(13)</sup>. Os países africanos, em luta contra as remanescências coloniais, apodam o primeiro ministro português de "opressor", "fascista" e "colonialista", que obstinadamente vai recusando embarcar nos "ventos da história" dos anos sessenta (8/6/1963).

Entusiasmo igualmente perfilhado perante a *Odisseia do Santa Maria*, interpretada como séria "advertência" ao regime (26/1/1961). Nesta edição realça-se o crescente lavrar do mal estar intemo: "Ces trois décennies de pouvoir ont été, il est vrai, marquées par un certain nombre de succès d'ordre économique<sup>4</sup>). Le pays jouit aujourd'hui

(12) Para uma leitura mais aprofundada deste assunto, cf. Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986; e ainda, Humberto Delgado, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.

(13) Sobre a discursividade da opinião pública, veja-se Adriano Duarte Rodrigues, *O Campo dos Média*, Lisboa, Vega, s. d., pp. 41-52; sobre o tema da comunicação social durante o Estado Novo, ver Nuno Crato, *A Imprensa. Iniciação ao Jornalismo e à Comunicação Social*, Lisboa, Editorial Estampa, 3ª ed., 1989, pp. 197-210. Recorreu-se ainda às seguintes obras: John Fiske, *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto, Edições Asa, 1992; Fred Inglis, *A Teoria dos média*, Lisboa, Vega, 1993; Adriano Duarte Rodrigues, *Estratégias da comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

(14) Confrontamos a informação recolhida sobre este assunto com o trabalho de Dawn Linda Raby, *Resistência Antifascista em Portugal. 1941-1974*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.

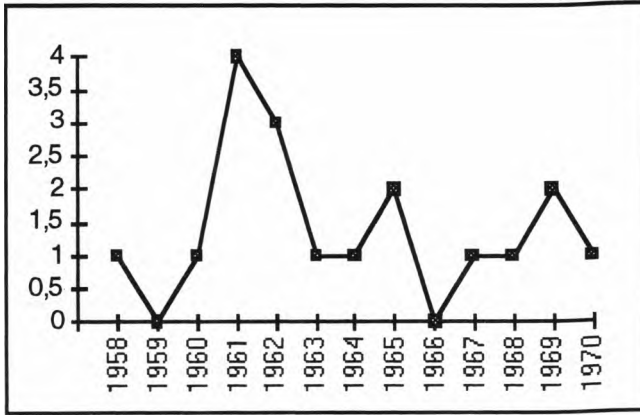
de finances saines, ses disponibilités en devises sont importantes; d'immenses progrès ont été réalisés dans divers domaines, notamment ceux de l'urbanisme, de l'habitat, de l'équipement électrique, de la construction navale. Mais ces réussites ne peuvent dissimuler les échecs flagrants d'un régime plus soucieux d'équilibre budgétaire que d'expansion. La lourde organisation corporative mise théoriquement en place il y a deux ans seulement se révèle presque impossible à manier; il est probable que l'exécution du second plan de développement quinquennal subira les mêmes retards que celui de la période 1953-1958. Enfin la stagnation de l'agriculture, qui occupe encore plus de la moitié de la population lusitanienne jette un doute sur l'efficacité d'une politique officielle d'investissements publics qui ne s'accompagne pas d'une réforme des structures agraires périmées". Regozija-se o jornalista que as excepcionais medidas de repressão, apanágio do regime, já não consigam abafar os surtos de contestação, larvar ou epidérmica, a ganharem novo alento após a campanha de Delgado. Se o descontentamento de "uma importante franja da opinião pública" tende a irromper, o certo é que "Rien n'indique pourtant que le premier ministre soit aujourd'hui plus qu'hier disposé à assouplir le régime: au cours de ces deux dernières années la répression s'est aggravée, la censure de la presse est restée tout aussi rigide"<sup>(15)</sup>.

Em 1962, fazendo eco da progressão da guerra colonial e dos seus reflexos nas bancadas das Nações Unidas, do caso Santa Maria, da sublevação de Beja e da agitação estudantil, o articulista ironiza sobre o ficcionismo da *Vax Lusitana*, tradicional imagem de marca de "um povo feliz, sem história", verberando que "hoje dificilmente a opinião estrangeira se deixa convencer da segurança e aparente serenidade das autoridades lusas"<sup>(16)</sup>. Sintomaticamente, os dois primeiros anos da década de sessenta representam os mais elevados índices de figuração lusa em primeira página: 4 em 1961, 3 em 1962, contra uma média de 1-2 nos anos seguintes.

<sup>(15)</sup> Cf. "Un Avertissement au Dr. Salazar", in *Le Monde*, 26/1 /1961, p. 1.0 articulista termina com uma frase de desencanto: fiel guardião do regime, o exército ainda não se encontra maduro para uma aventura de democratização.

<sup>(16)</sup> Ver "Nouvelle Épreuve du Régime", 3/1 /1962; e "Le Régime Portugais à l'Épreuve", 4/5/1962.

Editoriais *Le Monde* (Portugal): 1958-1970



Em 1961, a estratégia discursiva *Le Monde* considera o caso Santa Maria como urna "advertencia" psicológica contra a aparente imutabilidade do paradigma salazarista (26/1/1961), pondo em destaque a "espectacular" acção conduzida por Henrique Galvão. Foca-se o papel dos opositores ao regime, exilados na América Latina, realçando que "A espectacular aventura dos *desesperados* portugueses será de curto alcance, mas o seu objectivo, que consiste [...] em chamar as atenções mundiais para a situação do seu país e de encorajar a oposição intema, tem grandes possibilidades de vir a ser conseguida".

Este discurso cruzadístico de oposição à política do Terreiro do Paço não vai sem lamentar que a ruralidade e o analfabetismo coarctem a população de apoiar activamente os grupos de militância antisalazarista. As emoções do populacho parecem esgotar-se em vivas ao futebol, rezas a Fátima, laudes ao fado e cernelhas tauromáquicas<sup>(17)</sup>. Ao longo de todo o período considerado, o discurso mediático em autópsia não se furtará ao imaginário forjado desde a campanha de Delgado, cujo modo de semear vem pelo menos desde 1946, como se demonstrou anteriormente. É o que se infere do quadro em anexo:

<sup>(17)</sup> Com efeito a expressão, veiculada no editorial de 7/ 6/1958, repete-se no de 26/1/1961: "as paixões das camadas populares portuguesas, habitualmente devotadas aos resultados dos jogos de futebol...".



DATAS	TÍTULO/TEMAS	PÁGINA
7/6/58	<i>Campagne électorale agitée au Portugal</i> Delgado e a oposição; dificuldades do Regime	P-1,1
16/12/60	<i>L'ONU et la décolonisation</i> Relações internacionais; isolamento de Portugal; anticolonialismo	p. 1,1
26/1/61	<i>Un avertissement au Dr. Salazar?</i> Galvão e o caso Santa Maria	p. U
10/3/61	<i>Menaces sur l'Angola</i> Colonialismo, ONU, guerrilha	p. U
19/12/61	<i>De la non violence à la manière forte</i> Ataque indiano a Goa	p. 1,1
20/12/61	<i>Le mauvais exemple</i> A incapacidade da ONU para obviar aos conflitos internacionais	p. U
3/1/62	<i>Nouvelle épreuve du Régime</i> A oposição interna e o golpe falhado de Beja	p. U
4/5/62	<i>Le Régime portugais à l'épreuve</i>	p.1,1
4/12/62	<i>Le Régime portugais face à la crise angolaise</i> Remodelação ministerial; a questão colonial	p. U
8/6/63	<i>Les africains et le Portugal</i> Conferência de Addis-Abeba; campanha diplomática contra Lisboa; crise interna e reforço bélico	p. 1,1
18/3/64	<i>Le Portugal et l'Angola</i> Ponto da situação da guerrilha angolana	• p.1,1
23/7/65	<i>Élections sans surprise au Portugal</i> Reeleição presidencial de Tomás	P-1,1
9/11/65	<i>Formalités portugaises</i> Eleição fantoche dos novos deputados à Assembleia Nacional	p. U
16/5/67	<i>Les silences de Fátima</i> Visita de Paulo VI a Portugal	p. 1,1
18/9/68	<i>Le problème de la succession au Portugal</i> Caetano sucede ao antigo ditador de Coimbra; minibiografia de Salazar; as dificuldades de uma sucessão não preparada	p. 1,1
9/1/69	<i>Les cents jours de Marcello Caetano</i> A Primavera Marcellista e a manutenção do status quo salazarista	p. U

## O incendiar dos capins

Particularmente atento ao despertar da toada anticolonialista africana, o jornal *Le Monde* forma desde inícios dos anos sessenta um triângulo noticioso cujos vértices são a política do Terreiro do Paço, as novéis directrizes da ONU, e a gesta emancipadora dos movimentos libertários africanos<sup>(18)</sup>.

Destacada para Angola, Suzanne du Lusignan produz uma reportagem intitulada "Province portugaise au delà de l'Équateur: l'Angola ressent les premiers symptômes de la fièvre nationaliste africaine" (11/2/1960). A jornalista passeia-se nas ruas, constata as relações entre brancos, negros e mestiços, observando que a convivibilidade multissecular postulou normas de tolerância, impossíveis de observar num território como o Congo-Brazaville. Uma mancheia de negros abastados possui vivendas nos quarteirões ricos de Luanda; em contrapartida, nas senzalas dos arrabaldes, uma gama promíscua de brancos e negros conhece a miséria e a insalubridade.

Teoricamente, um português e um negro assimilado disporiam de idênticas possibilidades de sucesso. Os homens da governança insistem em frisar aos jornalistas estrangeiros que o cargo de "governador geral" poderá vir a ser exercido por um africano. A propaganda governamental vangloria-se de executar uma autêntica política de "assimilação". Condições essenciais? "Eles deverão saber ler, escrever, falar português, viver cristãmente (entenda-se monogamia), e adoptar o modo de vida português". Pouco seduzida pela eficácia do modelo, Lusignan ironiza que apenas existem 0,5% de assimilados em Angola, estes asfixiados por "barreiras sociais". O número de assimilados a frequentar o clube de ténis de Luanda não é superior ao de Léopoldville ou de Salisbury. No elegante Clube Naval de Luanda não se vêem negras jogando bridge.

Familiarizada com uma política colonial de escolarização francesa, executada desde 1945, é natural que a jornalista inquiria das razões da sua inexistência em território português. "Porque não existem universidades neste país de mais de quatro milhões de habitantes"? Responderam os governantes: "você queriam que imitássemos os

<sup>(18)</sup> Relativamente às relações diplomáticas entre Lisboa e a Casa Branca, servimo-nos do trabalho de José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

holandeses, que encorajaram os jovens indonésios a frequentarem cursos superiores, e que, de um dia para o outro perderam as suas colónias? Estamos fartos de saber que qualquer negro doutor, ou diplomado, se transforma num potencial independentista"<sup>(19)</sup>. Escandalizada, Lusignan regista que apenas quatro negros angolanos frequentam as universidades da metrópole, enquanto a pequena República do Congo, além de ter fundado um instituto superior, envia anualmente a França quase duzentos estudantes. "Em 1957-58, dos 157 alunos inscritos nos cursos de formação de serralheiros, 124 eram brancos, 39, mestiços, e apenas 24, negros. Num tão vasto território existe uma única escola agrícola, onde não estão matriculados indígenas. E se as estatísticas oficiais registam a baixa cifra de 47.000 crianças africanas inscritas nas escolas primárias, não nos surpreendamos, porque "a maioria dos camponeses pobres, chegados de Portugal [...], é igualmente analfabeta". A crescente maré de emigrantes europeus deixa aos negros os trabalhos mais penosos, distribuindo salários desiguais. Os brancos auferem de vantagens, no que concerne a profissões como a de taxista, empregado de hotel ou restaurante, vendedor de armazém, dactilógrafa, capataz de obras. Disfrutando de um salário inferior, o negro, além de não ter direito a férias, tende a ser canalizado para a execução de tarefas vis. Os negros desocupados são obrigados por lei a ingressarem na situação desvantajosa de "contratados"<sup>(20)</sup>.

O olhar arguto da repórter dá conta de uns tantos progressos materiais, fomentados ao abrigo da propaganda salazarista, apostada em fazer passar a ficção das "Províncias Ultramarinas". "Les autorités portugaises ont depuis quelques années engagé des dépenses considérables pour tenter d'améliorer la situation matérielle des Africains: des hôpitaux modernes, des dispensaires pour les consultations de nourrissons, ont été créés dans les grands centres; à Luanda

<sup>(19)</sup> Duras críticas ao *status quo* ultramarino foram expressas por Droz e Rowley, in *Histoire Générale du XX siècle*, Paris, Seuil, vol. 3, p. 260.

<sup>(20)</sup> Droz e Rowley, *ob. cit.*, escrevem: "A proclamação do estatuto pleno de cidadão, em Setembro de 1961, não significou nenhuma melhoria para os indígenas. O trabalho obrigatório continua em vigor, e, em virtude dos acordos de 1926, dezenas de milhares de negros, moçambicanos, continuam a trabalhar nas minas Sul Africanas. O subemprego é tal, que, nas vésperas da independência, cerca de 400 000 moçambicanos trabalham na África do Sul".

un quartier immense de maisons intelligemment conçues a été construit pour des locataires africains, qui en fait, ne paieront ni loyer ni électricité; on s'est également appliqué à corriger la malnutrition chronique des autochtones en leur faisant abandonner la consommation du manioc pour celle des haricots et du poisson. Tout cela fait cependant partie d'un système *paternaliste*; il ne s'agit pas de droits reconnus à des égaux". Então, que futuro para esta Angola miraculosa e aparentemente calma? Os ventos de mudança começam a minar esta imensa mole humana, "não instruída e passiva". Nas cidades organizam-se redes clandestinas de refractários ao regime. Tudo indica que a febre da emancipação breve incendiará a ainda calma savana angolana, comenta em jeito de remate Lusignan<sup>(21)</sup>.

Detectamos notória preocupação dos jornalistas em acompanharem a situação da guerrilha africana, mesmo quando se limitam a veicular pequenas informações de terceira página, inseridas na rubrica "Nouvelles de l'Étranger", não raro colhidas no serviço noticioso de agências internacionais. Assim é que, na página quatro da edição de 8/6/1960 se veicula o embarque de oitocentos soldados com destino a Angola, 2/3 dos quais especialmente destacados para a região de Cabinda. E, a 21/6/1960, divulga-se na página sete, uma síntese de um discurso de Salazar, dado à estampa no *Diário da Manhã*, onde o Primeiro Ministro português frisa que "Portugal nunca aceitará discutir a hipótese de autodeterminação dos seus territórios ultramarinos". A revolta luandina de 4 de Fevereiro quase passa despercebida, ante a euforia do caso Santa Maria. A 6/2/61 encontramos uma referência sumária à sublevação angolana, fazendo eco de um comunicado difundido pelo Governador-Geral, Silva Marques, onde se pretende que "a ordem foi restabelecida". Tentando recompor-se, o nosso jornal vai conferir posição de destaque à rebelião angolana, no editorial de 10/3/1961, intitulado "Angola Ameaçada". A questão é dissecada no contexto geral dos debates hostis a Lisboa, em curso no Conselho de Segurança da ONU.

Doravante tema mediático, os gastos bélicos fazem as delícias dos leitores. A 30-31/12/62, anuncia-se que o orçamento de Estado para o ano de 1963, consagrará mais de 1/3 às despesas militares, e, a

(21) Significativamente, neste mesmo ano, Georges Balandier, publica no *Le Monde* de 10, 11, 12, e 13 de Janeiro de 1960 extensos artigos, problematizando o tema "Tes Mouvantes Frontières de l'Afrique. Un nouveau visage".

8/12/65, Niedergang informa que 40% da fatia orçamental se destina a alimentar a guerra.

Como seria de esperar, o *Le Monde* apercebe-se facilmente das manobras propagandísticas de Lisboa, destinadas a camuflar a violência dos acontecimentos. A 3 de Fevereiro de 1961 difunde-se que a delegação angolana da Agência Lusitânia divulgara um telegrama com mais de quarenta mil assinaturas, dirigido ao secretário geral da ONU, repudiando qualquer tentativa de ingerência externa nos assuntos portugueses. "O telegrama frisava que os pretensos problemas coloniais eram inexistentes em Angola, mas que a agitação comunista provocaria actos de violência igualmente denunciadas as sibilinas

orquestrações de apoio populacional ao regime, nomeadamente a que reuniu 150000 pessoas em Lisboa, em Agosto de 1963. "Acte de communion patriotique" pretendeu ser esta missa laica onde Salazar exortou os crentes: "Un seul sentiment remplit notre âme, la ferme détermination de défendre l'intégrité nationale [...]. Cette détermination doit être interprétée partout comme l'affirmation manifeste et courageuse de notre volonté de vivre... Aucun geste d'incompréhension ou d'agressivité ne pourra nous troubler. Pères et mères sont venus ici non pour demander mais pour offrir, en holocauste à la patrie, le sang et tout ce qu'il y a de plus pur dans leurs affections.[...] Devant le spectacle auquel, par la grace de Dieu, il est permis d'assister ici, devant tout un peuple uni et fraternel, devant cet émouvant mouvement des âmes mobilisées dans un dévouement total, écoutant les échos des anxiétés éprouvées par ces terres d'outre-mer qui, en cette heure même, clament leur droit de jouir de la paix et de leur légitime appartenance à la nation, devant tout cela, qui est beau, grand, unique, nous n'avons pas seulement le devoir de mériter les morts, mais également celui de nous enorgueillir des vivants"(29/8/1963, p. 5).

### *Portugal contra a ONU, ou os reveses de uma ofensiva diplomática*

Nos anos sessenta, a geração pós-2ª Guerra encontra-se imbuída de um certo urgentismo em debater o desarmamento, o colonialismo e os direitos humanos<sup>22</sup>). Roma tende a olhar de modo diferente os povos

<sup>22</sup>) Na elaboração deste subtítulo tivemos em conta a obra de José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar...*, cit., bem como um artigo de Rui Ferreira e Sousa, "Portugal na ONU. A Grande Batalha", in *Grande Reportagem*, Mar. 1992, pp. 38-41.

tradicionalmente objecto de aculturação salvítica. No plano do conhecimento e da cultura de elite, a epistemologia do conflito parece ganhar terreno face às certezas do positivismo e do estrutural-funcionalismo.

No Conselho de Segurança da ONU, a continuidade de Portugal em África é fortemente posta em causa, mediante a acusação de massacres e existencia de trabalho forçado. O discurso libertário choca-se frequentemente com o mutismo e as evasivas dos diplomatas lisboetas. A Libéria, o Ghana, a República da Guiné e a Índia, consideram que Portugal viola o disposto na Carta das Nações Unidas. A ofensiva dos países afro-asiáticos intensifica-se, reforçada pela hostilidade do Bloco de Leste. Fala-se de trabalho forçado, prisões políticas, escravatura, massacres, deportações e ausência de serviços de saúde e educação para negros. O representante de Sekou Touré utiliza expressões como "política de exterminação", "exploração escandalosa" e "discriminação em favor do homem branco", ainda em 1960. Alarmados, Franco Nogueira e Vasco Garin dão-se conta que a XIV Sessão da Assembleia Geral da ONU dá cobertura a um dossier de queixas, elaborado por Holden Roberto. No editorial "Angola Ameaçada" (10/3/61) a diplomacia do Terreiro do Paço é alvo de escarpelização, ao mesmo tempo que se evidencia a crescente ostracização do regime ante as directrizes da ONU:

"Le représentant du Libéria à l'ONU a demandé au Conseil de Sécurité de se saisir de la question de l'Angola. Le représentant du Portugal a aussitôt protesté, tout en faisant savoir qu'il participerait aux débats, qui s'ouvriraient vendredi.

Il y a quatre mois une première offensive avait été menée contre le Portugal devant la commission de tutelle des Nations Unies. En dépit de l'appui de plusieurs nations européennes, dont la France et la Belgique, le gouvernement de Lisbonne avait alors été invité à fournir des renseignements sur ses provinces d'outre-mer.

L'initiative libérienne ne surprendra donc personne. Elle est en tout cas conforme à la lutte menée par les puissances africaines et asiatiques pour liquider totalement ce qu'elles estiment être une survivance du régime colonial. Les troubles qui le mois dernier ont fait plusieurs dizaines de morts dans la capitale angolaise avaient déjà attiré l'attention sur une partie du continent noir généralement considérée comme politiquement stable.

Les dirigeants nationalistes ont d'ailleurs agi avec adresse. L'attaque des prisons civile et militaire de Luanda, geste gratuit en apparence parce que voué à l'échec, a été menée au moment précis où

une cinquantaine de journalistes étrangers étaient venus en Angola pour y attendre le capitaine Galvão, le *desperado* de la Santa Maria. L'opération a porté ses fruits dans la mesure où les correspondants de presse — dont quatre furent expulsés et un cinquième blessé par balle par un lieu tenent portugais —> révélèrent qu'il existait une agitation nationaliste larvée en Angola.

En fait, les assimilados, que l'on pouvait considérer comme les meilleurs auxiliaires d'un système colonial — puisqu'ils étaient les seuls noirs à posséder des droits politiques —, constituèrent dès 1945 des mouvements clandestins de résistance, dont certains influencés par les idées marxistes. Après l'accession du Ghana à l'indépendance, ils redoublèrent leurs efforts, incitant ainsi les autorités de Luanda à renforcer localement les effectifs de la PIDE — la police politique portugaise —, et ceux des forces terrestres, aériennes et navales. C'est vers la même époque qu'eurent lieu les premières arrestations massives de nationalistes, notamment dans les villes, et en 1959 s'ouvrait le procès des cinquante, dans lequel étaient impliqués de nombreux intellectuels, dont quelques européens. En 1960, l'indépendance du Congo ex-belge eut de grandes répercussions: elle inquiéta les autorités portugaises, car la fin du régime colonial à Léopoldville ouvrait l'Angola à des courants dont elle était toujours restée à l'écart; elle éveilla les espoirs des nationalistes, qui commencèrent à mettre en place, précisément dans la capitale congolaise, puis en Guinée, une organisation extérieure.

La position portugaise est simple. M. Salazar, chef de l'Etat (sic), l'a réaffirmée en novembre dernier dans les mêmes termes que ceux employés lors de ses déclarations antérieures: ni sécession ni abandon en ce qui concerne l'unité de la nation portugaise, pas d'autodétermination non plus ni de référendum. Selon les dirigeants de Lisbonne, les populations de l'Angola, ne sont pas concernées par l'indépendance parce qu'elles bénéficient théoriquement, blanches ou noirs, des mêmes droits et parce que leur pays est partie intégrante du territoire portugais. En conséquence, comme elles l'ont fait il y a six ans à Goa — en Inde —> les autorités portugaises s'organisent pour *faire face*"H.

Esta atitude deixava antever a eclosão de violentos conflitos. Com efeito, os nacionalistas angolanos adoptaram um programa mínimo, compreendendo, nomeadamente, "a liquidação por todos os meios \* 13

(f<sup>3</sup>) Os serviços de propaganda tiveram o cuidado de ir divulgando em França os discursos de Salazar. Pudemos encontrar alguns na Biblioteca da Universidade de Poitiers, como Salazar, *La Détermination de rester*, Lisboa, SNI, 13 de Abril de 1966, ou Salazar, *Erreurs et échecs de VÈre politique*, Lisboa, SNI, 1965.

possíveis do sistema colonial". Recentemente, o dirigente do Movimento para a Libertação das populações de Angola, declarava a um dos nossos correspondentes: "Nós esgotámos todos os meios de negociação... Os portugueses continuam a negar a simples existencia do problema colonial... O colonialismo português atíça as massas angolanas a uma acção directa...".

Como se pode inferir das memorias de Franco Nogueira, os diplomatas lisboetas recebiam instruções precisas, não apenas para negarem as acusações, mas para dificultarem o acesso às informações pretendidas. Fala-se de "ganhar tempo", "ludibriar", "normalidade", "completa paz". Entre sucessos e hesitações, a moção 1819, aprovada pela XVII Assembleia Geral da ONU, em 18/12/1962, condenou explicitamente a política de extermínio levada a cabo sobre os angolanos, exortando à autodeterminação daquele território. Num outro editorial, intitulado *A ONU e a descolonização*, datado de 16/12/1960, o *Le Monde* havia sublinhado a agressividade desta instituição face às derradeiras persistências do colonialismo<sup>(24)</sup>: "O anticolonialismo tornou-se uma profissão de fé, não se podendo obstaculizá-lo sem concitar os piores oprobios".

Ao tratar da remodelação ministerial de 1962, o editorial "O regime português face à crise angolana" (4/12/1962) quer ver aí uma teimosa continuidade da doutrina defendida por Salazar em Abril do ano anterior, logo após o *putsch* de Botelho Moniz: "se uma palavra é necessária para o facto de eu assumir a Pasta da Defesa, essa palavra é Angola". Nas derradeiras cinco linhas o alvitrista pretende que "A surda agitação que rumoreja desde há quatro anos, no país, e nos círculos dirigentes de Lisboa, evidencia que o regime enfraquece de dia para dia". O editorial "Os africanos e Portugal" pode considerar-se uma obra prima de mediatização anti-regime (8/6/1963), doseando sabiamente os desaires internos com os engulhos de uma diplomacia desacreditada:

<sup>(24)</sup> Assim, a 16-17/4/1961, p. 3, escreve-se: "Ela convida o governo português a adoptar imediatamente as reformas preconizadas pela Resolução nº 1.514 de 14 de Dezembro de 1960, onde se prevê o acesso à independência dos povos dos territórios não autónomos, ou sob tutela". A edição de 22/4/1961, pp. 4 e 5 dedica um longo texto à questão angolana, intitulado *Les Difficultés du regime de Salazar en Afrique*, publicando o veredicto desfavorável da comunidade internacional e os resultados da votações na ONU.



"Pendant toute la durée de la conférence au sommet africaine d'Addis-Abéba le régime du Dr. Salazar a été mis au pilori. Fasciste, oppresseur, colonialiste, toutes les épithètes ont été utilisées contre le premier ministre portugais, qui refuse toujours obstinément de se laisser entraîner par le vent de l'histoire et de participer au mouvement général de décolonisation: à part Goa, l'immense empire lusitanien, premier des grands empires européens d'outre-mer, vingt-trois fois grand comme le territoire métropolitain, reste intact.

Cette offensive en ce règle contre Lisbonne ne s'arrêtera pas là: on sait que le groupe africain s'apprête à saisir de nouveau, dans les semaines à venir, le Conseil de Sécurité, du problème des colonies portugaises.

La plupart des observateurs s'attendaient à une violente réaction de la part du gouvernement Salazar.

En fait, ni le premier ministre portugais — qui a cependant rencontré le général Franco dans le temps de la conférence d'Addis-Abéba —, ni les membres de son cabinet n'ont paru sur l'instant relever les attaques dont ils faisaient l'objet. Comme on le sait, la doctrine lusitanienne est simple et n'a jamais varié jusqu'ici: l'Angola comme le Mozambique, n'est pas une colonie mais une province portugaise; il n'y a pas de véritable nationalisme dans ces territoires, où les troubles sont le fait d'une poignée de rebelles venus de l'extérieur et encouragés par l'ONU et les communistes, enfin l'administration entend aujourd'hui un vaste programme économique et social qui fera effectivement des autochtones non assimilés des citoyens portugais à part entière.

C'est donc avec une certaine surprise qu'on vient d'apprendre la réponse faite par le Dr. Salazar à un groupe de dirigeants de l'opposition républicaine libérale, qui préconisaient entre autres, l'autodétermination des territoires d'outre-mer. Ceux-ci seraient autorisés à soutenir leur opinion dans la presse (une critique peut être utile, reconnaît le Doutor), à condition qu'elle soit présentée avec objectivité, bon sens, esprit de vérité et de justice. Mais il y a tout lieu de croire que la notion d'objectivité n'a pas tout à fait le même sens pour le premier ministre portugais que pour ses interlocuteurs. On sait l'interdiction qui a frappé l'an passé le livre sur la question coloniale écrit par un ancien député du régime et préfacé par le général Craveiro Lopes lui-même, l'ancien président de la République, qui avait été choisi par le Dr. Salazar en personne. Depuis, les arrestations et les condamnations en rapport plus ou moins direct avec les affaires d'Angola ne cessent de se multiplier.

En fait, la rébellion de 1961 a remis en question cette *pax lusitana* chèrement acquise et maintenue depuis plus de trente ans par le Doutor. Auparavant, l'Estado-Novo avait déjà connu une brève alerte lors des élections présidentielles de 1958, que le générale Delgado avait fort

honorablement perdues. Ensuite, les difficultés n'ont cessé de s'aggraver: brusque limogeage de trois ministres, dont celui de la défense, en avril 1961, occupation de Goa par les troupes indiennes à la fin de l'année, tentative de soulèvement de Beja en janvier 1962, crise universitaire d'avril, démonstrations ouvrières du premier mai, puis nouveau remaniement ministériel à chaud de décembre dernier (avec le renvoi de M. Adriano Moreira, actif ministre de l'outre-mer).

L'effort réclamé à la population pour l'entretien de la force expéditionnaire en Afrique (quelque 50 000 hommes en tout), a accentué un malaise qui frappe les milieux les plus divers: catholiques, militaires, intellectuels. À l'extérieur le régime perd ses derniers soutiens. C'est ainsi qu'on a vu récemment la France voter pour la première fois à l'ONU contre le Portugal à l'occasion du conflit lusitano-sénégalais. Dans ces conditions, le Dr. Salazar, qui semble toujours décidé à s'opposer aux suggestions de l'opposition, n'est sans doute pas au bout de ses peines".

A primeira página "Portugal e Angola" (18/3/1964) marca o culminar deste processo de denúncia, consagrando a críspação de uma forma de dizer, entre combativa e apostólica, assinalando igualmente a rarefacção da questão colonial lusa nas molduras desse janelão do mundo que é a primeira página. A mensagem mediática citada destina-se a celebrar os primeiros quatro anos da guerrilha angolana, ao mesmo tempo que se estabelece um quadro comparativo com a situação argelina. Pouco importa que os movimentos separatistas se encontrem minados por dissensões internas, adianta-se. O que importa é dar continuidade à luta<sup>25</sup>), capitalizando "os incontestáveis progressos" obtidos desde o alvor da insurreição, e bem assim as injeções de armas, homens e munições facultadas pela Argélia, Congo ou China. "Portugal, por seu tumor, sofre os desaires diplomáticos reservados às derradeiras potências colonialistas".

De sessão para sessão, as resoluções votadas pela ONU tornam-se mais insistentes e severas. "Votado ao ostracismo, Portugal é cada

<sup>25</sup>) São inúmeras as notícias difundidas nas páginas centrais da nossa fonte a favor da causa separatista. Por exemplo, a 12/5/1963, p. 5, entrevista-se Mário Andrade, veiculando-se as traves mestras da sua estratégia: a) isolar Portugal internacionalmente; b) conseguir apoios exteriores; c) ampliar e fortalecer um exército popular que atinge 10.000 homens. A 6/7/1963, p. 3, informa-se que o MPLA não cessa de reforçar-se internacionalmente, tendo criado a 12ª delegação externa. A 3/8/1963, p. 14, divulgam-se as aspirações dos movimentos separatistas guineenses. A 24/3/1965, p. 7 a ofensiva de Amílcar Cabral é posta em destaque, frisando-se o auxílio prestado por Sekou Touré.

vez mais associado à prática das políticas segregacionistas sul-africanas. Lamenta-se que os discursos inflamados, proferidos na ONU, ainda não tenham encontrado eco nos Aliados Atlânticos. No final do artigo, uma profecia: o regime não sobreviverá ao processo de autonomização de Angola.

Nesta óptica discursiva, a viagem de Paulo VI a Portugal, estará na origem de mais um editorial, significativamente intitulado "Os silêncios de Portugal" (16/5/1967). Viagem apostólica extremamente controversa, tendo por objecto um país "colonialista", desconcertantemente submetido a fórmulas musculadas de poder, marginalizado pela ONU, e "sociologicamente católico, onde a religião guardou formas arcaicas, sendo notório o comprometimento entre autoridades eclesíásticas e poderes públicos"<sup>(26)</sup>. Nem uma palavra de condenação, proferida pelo Sumo Pontífice? Não nos atrapalhemos: cabe ao jornalista interpretar o silêncio papal e "a sobriedade dos gestos protocolares", mesmo quando não foi dado "escutar uma única palavra da boca do autor da encíclica *Populorum Progressio*, contra o colonialismo impenitente de um país que deveria dar o exemplo, mercê da sua política de relacionamento oficial com a Igreja. Nem uma alusão, subtil que fosse, às violações da liberdade de que são vítimas tantos portugueses...", embora o papa tenha lamentado unilateralmente "os atentados à liberdade civil e religiosa, cujos responsáveis são os países onde a negação de Deus é apresentada como verdade dos tempos modernos".

A substituição de Salazar por Caetano não veio alterar a estratégia portuguesa ultramarina. Daí que a 1 de Dezembro de 1968, o *Le Monde* noticiasse. "Por 85 votos contra 3, e 15 abstenções, a Assembleia Geral da ONU pronunciou-se pela independência imediata das colónias portuguesas. Ela reitera o seu apelo a todos os Estados, bem como aos membros da OTAN, em particular para que estes deixem de prestar a Portugal qualquer auxílio que lhe permita prosseguir a guerra colonial [...]. A resolução adoptada pela Assembleia é mais moderada que outras de anos precedentes, na esperança de que o novo

<sup>(26)</sup> Para um aprofundamento do tema, vejam-se: Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980; Silas Cerqueira, "L'Église Catholique et la dictature corporatiste portugaise", in *Revue Française de Sciences Politiques*, vol. XXIII, n° 3, Juin 1973, pp. 473-513; Antonio Matos Ferreira, "Le catholicisme au Portugal. 1914-1958", in *Histoire du Christianisme*, Desclée/Fayard, 1990, vol. 12, pp. 402-417 ( direcção de J. Mayer).

governo adopte urna política colonial diferente daquela praticada por Salazar". Como vinha sendo hábito, os diplomatas de São Bento apressaram-se a manifestar o seu protesto. Sinal óbvio de que Caetano não estava disposto a modificar a política colonialista foi o incidente diplomático, despoletado entre Lisboa e o Vaticano, quando Paulo VI recebeu Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos SantosP).

### *Alguma simpatia para com Lisboa?*

Até aqui buscou demonstrar-se a forma como o jornal *Le Monde* intentou articular as manifestações de hostilidade da comunidade internacional face ao regime salazarista, com a sua prática discursiva. Ela manifestou-se igualmente perante a emergência de outros tantos conflitos internos, que não apenas o colonialismo. Celebrada a façanha de Henrique Galvão<sup>(28)</sup>, haverá um espaço na edição de 28/1/1961 para as impressões de alguma imprensa internacional. Para o *Daily Herald*, jornal trabalhista independente, sediado em Londres, "O estatuto exacto de Galvão e dos seus homens não é claro à luz do Direito Internacional. O governo português considera-os evidentemente como piratas [...]. Nestas circunstâncias não vemos razão para a *Royal Navy* colaborar na captura dos rebeldes. Salazar tem navios... Portugal é talvez o nosso mais ancestral aliado, mas isso não significa que o povo inglês sinta a mais pequena simpatia por Salazar, ou o desejo de apoiar o seu regime autoritarista. Por isso não devemos ajudar na entrega dos amotinados". O *Sovietskaia Rossia*, de Moscovo, adoptava um discurso mais radical: "Não é o capitão Galvão que deve ser julgado como pirata, mas antes o Presidente do Conselho Português, Salazar... Porque razão os jornais ocidentais não dizem que tais medidas se adequam melhor ao próprio Salazar? Quaisquer que sejam as convicções políticas do capitão Galvão, milhões de pessoas através do mundo inteiro simpatizam com o seu gesto, considerando a sua acção como um protesto contra o regime inumano e vil, que tiraniza o povo português desde há longos anos".

<sup>(27)</sup> Veja-se a edição de 5/7/1970, p. 1; neste mesmo jornal, Alfredo Margarido, *Le Saint-Siège et le Portugal*, 18/7/1970, pp. 1 e 5.

<sup>(28)</sup> Efectivamente, o caso Santa Maria é profusamente noticiado nas edições de 25/1/1961, p. 1 e 5; 26/1/1961, p. 1 e 2; 27/1/1961, p. 1 e 2; 28/1/1961, p. 2; 29/1/1961, pp. 1 e 2; 31/1/1961, pp. 1 e 2; 1/2/1961, p. 1; 2/2/1961; 3/2/1961; 4/2/1961; 6/2/1961; 8/2/1961.

Podemos afirmar que a estratégia de convencimento não difere quanto ao tratamento de outras temáticas, tais a repressão estudantil<sup>(29)</sup>, a caça aos intelectuais<sup>(30)</sup>, o assassinato de Humberto Delgado<sup>(31)</sup>, ou o *putsch* de Botelho Moniz<sup>(32)</sup>.

Paradoxalmente não será este o tom adoptado aquando da invasão de Goa pelo exército da União Indiana. De 16 de Dezembro de 1961 a 1 de Janeiro de 1962, o *Le Monde* esforça-se por acompanhar em primeira mão o diferendo luso-indiano. No editorial "De la non-violence à la manière forte" (19/12/1961) invectiva-se: "O ataque geral e deliberado, lançado Domingo à noite pelas tropas indianas contra os três enclaves portugueses de Goa, Damão e Diu, está em desacordo [...] com o pacifismo vendido pelas autoridades de Nova-Delí. Os argumentos avançados por Krishna Menon não convencem ninguém: é duvidoso que as enfraquecidas tropas portuguesas tenham protagonizado actos de provocação na linha fronteiriça [...]. Bem pelo contrário, a importância dos efectivos militares, engajados nesta *luta de libertação* indiana, a tática, que foi antecedida de uma guerra de nervos, revelam a existência de um plano de invasão longamente amadurecido. [...] A ofensiva indiana deixa a ONU e alguns Estados Ocidentais, em particular a Grã-Bretanha, velha aliada de Portugal, numa posição delicada. É completamente impossível ao secretário geral da ONU, atendendo às suas convicções e amizades, dar razão a Salazar, que aceitou negociações [...]. Se as tropas indianas conseguirem controlar totalmente os três enclaves, a Organização Internacional corre o risco de uma vez mais deixar prevalecer a força e não o direito". E

<sup>f29)</sup> Com efeito deparamos com basta informação relativa à contestação estudantil do limiar dos anos sessenta, embora secundarizada em breves notícias : 29/3/1962, p. 9; 7/4/1962, p. 10; 8/4/1962, p. 12; 10/4/1962, p. 16; 11/4/1962, p. 8; 12/4/1962, p. 9; 17/4/1962, p. 8; 11/5/1962, p. 8; 20/5/1962, p. 20; 6/6/1962, p. 7; 8/12/1964, p. 5; 12/12/1964, p. 7; 27/1/1965, p. 4; 28/1/1965, p. 1; 30/1/1965, p. 3; 19/2/1965, p. 3; 20/2/1965, p. 3; 1/4/1965, p.5; 5/5/1965, p. 4; 1/8/1965, p. 4. Curiosamente, a Crise Académica de 1969 só vem referida na edição de 16/8/1969, p. 3.

(so) por exemplo Alves Redol, Manuel de Oliveira e Urbano Tavares Rodrigues. Cfr. 5/11/1963, p. 5; 10/12/1963, p. 4; 11/12/1963, p. 5; 9/2/1966, p. 2; 16/4/1967, p. 4.

<sup>(31)</sup> Cf. os números de 2/3/1965, p. 3; 4/3/1965, p. 5; 26/3/1965, p. 3; 24/4/1965, p. 4; 27/4/1965, p. 5; 29/4/1965, p. 8; 5/5/1965, p. 4.

<sup>(32)</sup> Noticiado confusamente a 22/4/1961, p. 4.

neste tom de consternação se veiculará que o *mau exemplo* indiano, sustentado pelos silêncios da ONU, pelo não alinhamento britânico e pelo veto da URSS, abriu as portas à agressão da Indonésia contra o território da Nova Guiné, dominado pela Holanda (20/12/1961).

Estará em eminência mais um conflito armado, desta vez entre a Holanda e Djakarta? A análise dos textos não nos permite afirmar que estamos perante uma lufada de simpatia face a Lisboa. Num clima de Guerra Fria, pretende-se neutralizar novos focos de conflito. Por outro lado, a imprensa não coloca na mesma gaveta os movimentos autonómicos africanos, e as reivindicações formuladas por Nova Deli e Djakarta<sup>33</sup>).

### *Os silêncios de Portugal*

Autopsiado o conteúdo e as traves mestras da escrita subjacente ao jornalismo de opinião que é o editorial, retomemos ao dizer de terreno, característico da reportagem.

A reeleição de Thomaz e renovação das fornadas de deputados à Assembleia Nacional, em 1965, potenciam uma nova ofensiva mediática. O jornalista estrangeiro é impelido a conhecer o país por dentro. Estamos em crer que o mote foi dado nos editoriais "Élection sans surprise au Portugal" (23/7/1965), e "Formalités Portugaises" (9/11 /1965). No primeiro, especula-se sobre uma reeleição presidencial onde foram tomadas de antemão todas as garantias para o bom sucesso de Thomaz:

"C'est le 9 août prochain que l'amiral Américo Thomaz, réélu dimanche dernier président de République portugaise pour un mandat de sept ans, prêtera serment devant l'Assemblée générale et la Chambre corporative, réunies solennellement. Il est probable que cette cérémonie traditionnelle et rare ne suscitera pourtant pas beaucoup d'intérêt dans le peuple portugais. Malgré les manchettes des quotidiens gouvernementaux de Lisbonne, qui proclament aujourd'hui que la réélection de l'amiral Thomaz est le témoignage de la volonté de toute

<sup>33</sup>) O *Le Monde* dedicou toda a página 2, da edição de 20/12/1961 aos debates em curso no Conselho de Segurança da ONU, veiculando as posições hostis dos delegados indiano ( M. Jha) e soviético ( M. Zorine), e as simpatias dos EUA, França, Brasil e Câmara dos Comuns britânica.

une nation, il paraît difficile de prétendre que cette simple formalité ne s'est pas déroulée dans une indifférence presque générale.

Il y a une raison simple à ce manque d'intérêt des Portugais. La dernière élection présidentielle de 1958 avait permis au général Delgado, candidat de l'opposition, de recueillir 25% des voix, malgré les pressions gouvernementales et l'énorme disproportion des moyens de propagande. Ce défi au régime Salazar avait été suivi d'une agitation sociale et de mouvements de grève significatifs, dans un pays où la grève a été mise hors la loi depuis 1934. Cette fois, le Dr. Oliveira Salazar n'a pas voulu prendre de risques. La désignation de l'amiral Thomaz comme candidat à la présidence a été décidée par la commission centrale de l'Union Nationale, seule organisation politique autorisée au Portugal et dont le président est de Dr. Salazar lui-même. Jusqu'à présent, le chef de l'Etat portugais était élu au suffrage direct et universel. En 1965, l'amiral Thomaz a été désigné par un collège restreint de grands électeurs, comprenant les membres de l'Assemblée Nationale, de la Chambre Corporative, des conseils législatifs des provinces d'outre-mer et des chambres municipales. Dans ces conditions, aucune surprise n'était possible, et le Dr. Salazar a pu éviter ce qu'il a défini lui-même comme une *tentative de coup d'Etat constitutionnel*<sup>(34)</sup>, c'est-à-dire la présentation de candidatures par l'opposition.

POURTANT CETTE OPPOSITION EXISTE. Os membros dirigentes da Acção Democrática e Social, compreendendo, nomeadamente os antigos ministros, Azevedo Gomes e Cunha Leal, não deixaram de denunciar à opinião pública o que eles entenderam como novo agravamento das medidas de repressão da mais velha ditadura europeia [...]. Os protestos e as manifestações são, conseqüentemente, mais evidentes na voz da burguesia citadina, que nas de um povo de pequenos camponeses sem terra, ou de trabalhadores obrigados a procurar ocupação laborai no estrangeiro. O processo intentado contra trinta jovens estudantes da Universidade de Lisboa [...], revelou o crescente descontentamento desta burguesia, que se resigna mal a ver os seus filhos serem acusados de comunistas, pela polícia política, quando estes apenas reclamam um pouco mais de liberdade. Outro processo criminal contra duzentos e oito estudantes está em vias de começar. Por outro lado, o governo não hesitou em dissolver a Sociedade dos Escritores portugueses".

Esta ofensiva contra os intelectuais é interpretada num contexto de substituição de Salazar. É a primeira vez que o jornal debate abertamente a questão polémica da *sucessão* do primeiro ministro, confrontando-a com o exemplo franquista espanhol.

<sup>(u)</sup> Itálico nosso.

O segundo editorial citado perfilha uma escrita desiludida perante a nova-velha plástica da Assembleia Nacional: "Quando se vence sem perigo, triunfa-se sem gloria. É a lição que os dirigentes portugueses podem extrair das eleições legislativas, que tiveram lugar Domingo, na metrópole e ãas *Provincias Ultramarinas*. Urna vez mais, os cento e trinta candidatos à Assembleia Nacional foram designados por um eleitorado escolhido em função da riqueza e do saber. Se os resultados eram previsíveis, a campanha eleitoral que precedeu o escrutínio esteve longe de assumir qualquer relevo. O mais incompreensível nesta consulta é que o Dr. Salazar se tenha dado trabalho a encená-la. Trata-se de uma farsa habitual: de quatro em quatro anos consagram-se vinte e cinco dias ao respeito pelas formas da *democracia corporativa*. Faltar-nos-ia espaço para enumerar aqui as variadas e subtis dificuldades que afligem os candidatos que ousam apresentar listas opositorasf...]. Os governantes lisboetas apressam-se a concluir que o povo português se pronunciou esmagadoramente pela defesa incondicional da integridade do território. Efectivamente, a União Nacional ateu-se ao tema recorrente do Ultramar, em consequência de um manifesto difundido pela oposição, que defendia pela primeira vez o princípio da autodeterminação. Os membros do stafe salazarista não resistiram à tentação de explicar a desistência da oposição, caucionada pela *reprovação* manifestada pelo povo à *traição dos candidatos democratas*. A nova Assembleia é uma cópia da anterior [...]. O verdadeiro interesse deste eleição residirá no surgimento de uma corrente católica liberal".

Eis em traços largos os motivos que trazem Marcel Niedergang a Lisboa, repórter destacado do *Le Monde*, em Dezembro de 1965. Esmiçar os mistérios de um país ambíguo, apreender localmente a realidade portuguesa, tão intrigante e fugidia aos olhos do estrangeiro, e confirmar os mecanismos de cacicagem, corrupção e manipulação eleitoral. Precisando melhor: a orquestração de eleições rigorosamente sobrevigiadas, porquanto destinadas a gerir expectativas e reordenar conflitos, não se afasta grandemente dos quadros eleitorais da 2ª metade de oitocentos (Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista. 1868-1890*, Lisboa, Difel, 1991). Nesta linha de preocupações, K. Christitch abordara em 1963 o inquietante fenómeno da emigração clandestina para França<sup>(35)</sup>.

<sup>(35)</sup> "Ces Portugais qui arrivent clandestinement en France. Une émigration sous condition", *Le Monde*, 25/5/1963; *idem*, "Un trafic d'hommes", 26/5/1963.



Chegado a Lisboa, Niedergang recolhe informação junto dos membros do governo, agora que se pôs fim ao interlúdio eleitoral (*les vacances du pouvoir*), e tudo voltou ao entorpecimento anterior, escuta a oposição e viaja pelo interior do país, acentuando as disparidades entre uma minoria de privilegiados e o grosso de uma população ruralizada, sofrendo as vicissitudes de uma exploração agrária semifeudal<sup>(36)</sup> e de uma industrialização incipiente<sup>(37)</sup>.

"Le silence du Portugal" distribui-se por cinco edições, estampadas entre 7 e 11 de Dezembro de 1965. Globalmente considerada, a reportagem, desfavorável ao regime, não deixa de suscitar controvérsia. Manuel Rino, director dos Serviços de Informações do Secretariado Nacional Português da Informação, da Cultura Popular e do Turismo, incama a voz dos ofendidos, na longa carta de refutação dirigida ao *Le Monde*, acusando Niedergang de ligeireza e parcialidade<sup>(38)</sup>. Niedergang reitera a linha editorial oficial do *Le Monde*, em nota de redacção aposta à missiva de Rino: "Não encontro na longa refutação do sr. Manuel Rino, que continua a tratar os estrangeiros com grande cortesia, mais que a já tradicional justificação do regime salazarista, justificação que me foi diariamente exposta por numerosos representantes qualificados do regime: o caos reinava em 1926 [...]. Ninguém duvida que o caos reinava em 1926 [...], mas o rigoroso imobilismo em que foi mantido Portugal durante mais de metade de um século explica, sem dúvida, para desgraça dos portugueses, uma taxa de crescimento industrial e níveis de vida que fazem de Portugal o último dos países europeus. Este facto é incontestável. A análise do sr. Rino não infirma o nosso texto, visto admitir, tal como os comunistas portugueses defendem [...] que o crédito dos países da NATO e os investimentos privados nos territórios portugueses serviram para alimentar as despesas militares, tendo igualmente ajudado a impulsionar a indústria, sem comparações com a letargia do passado. Reconhecer isto, é dar razão a toda a oposição, e

<sup>(36)</sup> Sobre este assunto, vejam-se José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, Oxford, 1971; Fernando O. Batista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993; João Adolfo Loureiro, *Economia e Sociedade. A indústria no Após Guerra. Anos 50 e 60*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

<sup>(37)</sup> Ver José Maria Brandão de Brito, *A industrialização Portuguesa no Pós-Guerra. 1948-1965*, Lisboa, Dom Quixote, 1989; Maria Belmira Martins, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, 1975.

<sup>(38)</sup> Manuel Rino, "Le silence du Portugal", *Le Monde*, de 13/1/1966.

não apenas aos comunistas, chacinados pela PIDE, quando afirma a incapacidade do regime [...] em catapultar Portugal para um lugar digno, no plano europeu. Relativamente à afirmação de uma oposição que perdeu toda a audiência junto das massas, não terei o mau gosto de citar as confidências de uns tantos colaboradores de Salazar, aguardando, eles também, a liberalização do regime. Abster-me-ei de recordar o que se murmura em Lisboa sobre o assassinato do general Delgado [...]. Reconheço que as penas de prisão são relativamente leves em Portugal. Acontece que as autoridades, graças à aplicação de medidas de segurança, têm a possibilidade de prolongá-las, transformando uma pena mínima em prisão perpétua. Nestas condições, como se poderia organizar a oposição? É verdade que a pena de morte foi abolida há muito tempo. Só que, à margem das leis...". Visualizemos graficamente as reportagens que vimos de utilizar:

DATA	TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
25/5/63	<i>Ces portugais qui arrivent clandestinement en France</i>	K. Christich	10
26/5/63			7
7/12/65	<i>Le Silence du Portugal</i>	Marcel Niedergang	1
8/12/65			5
9/12/65			9
10/12/65			5
11/12/65			9
15/12/66	<i>L'Enquête commence à préciser le rôle des Autorités portugaises dans l'assassinat du Général Delgado</i>	Jacques Amalric	4
13/5/69	<i>Les difficultés de l'Église Catholique au Portugal</i>	Henri Pesquet	11
28/7/70	<i>La Mort d'Antonio de Oliveira Salazar</i>	Paul-Jean Franceschini	1

### *Morreu o Homem*

Como se evidenciou anteriormente, o *Le Monde* levanta o problema da longevidade de Salazar, e da sua eventual sucessão no editorial de 23/7/1965, nos seguintes termos: "Em Espanha, a sucessão do general Franco é abertamente debatida. Abordá-la em Portugal, parece ser crime de lesa-majestade. Esta diferença dá-nos uma ideia do esforço que o país terá de fazer para conseguir actualizar-se.

Num dos subtítulos da sua reportagem, Niedergang especula, *Que se passerait-il si...?*, num país onde *L'État c'est lui?* (11/12/1965, p.

9). "Para já, torna-se claro que a guerra colonial reforça internamente o clã dos ultraconservadores. Os grandes proprietários terratenentes, avessos a quaisquer reformas, a aristocracia, os industriais protegidos pelo Estado, ou beneficiando do crescimento económico angolano, apoiam incondicionalmente Salazar, que ao longo da sua vida manifestou um respeito de prior aldeão pelas famílias bem nascidas e pelos ricos. As organizações de extrema direita, como a Legião [...], ou a Mocidade Portuguesa, ameaçam, falando mais alto e mais forte... A ala liberal do regime aguarda, caída em relativa desgraça. Reprovam a Salazar o não ter sabido, ou querido, modernizar o regime enquanto era tempo. Aguardam a hipótese de imitar livremente o exemplo espanhol, voltando-se para a Europa, e para o Mercado Comum, esperando acelerar a industrialização graças aos investimentos estrangeiros e proceder à liberalização [...]. Consegui-lo-ão? Tudo está na dependência de um homem que pode desaparecer de um momento para o outro. Que se passaria?"

Em Setembro de 1968, após um conjunto de notícias especulando sobre o estado de saúde de Salazar, dedica-se o editorial "O problema da sucessão portuguesa" (18/9/1968) à possibilidade de sobrevivência do regime: "Ele é o Estado... A fórmula frequentemente citada nos meios dirigentes lisboetas não constitui simples anedota. Desde o alvor deste século poucos chefes de governo exerceram um poder tão arbitrário como o do Dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros da República Corporativa Portuguesa [...]. Austero consigo mesmo e com os outros, discreto, sobretudo secreto, incorruptível sem dúvida, apesar da corrupção e dos escândalos não terem poupado este reinado de excepcional longevidade, implacável com os adversários, embora dado a alguns gestos de caridade, o Dr. Salazar conheceu na sua juventude uma República conturbada [...]. Por conseguinte, não constitui surpresa que a incapacidade do homem, detentor de todos os poderes de decisão, venha lançar a confusão nos círculos dirigentes lisboetas. Desembaraçado da fraseologia salazarista, o regime criado pelo antigo professor de Coimbra, é, em primeiro lugar, um regime de conservantismo social aprovado, embora com reservas crescentes, pela Igreja, e sustentado pelo Exército e por um aparelho policial particularmente eficaz. Estamos em acreditar que homens como o antigo Ministro da Presidência, Marcello Caetano (arquitecto do corporativismo, considerado terça-feira como favorito, por numerosos observadores), ou o antigo Ministro da Justiça, Antunes Varela (que se demitira no ano transacto em protesto contra o escândalo *Ballets Roses*),

ou ainda o antigo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, se dedicarão a definir um salazarismo sem Salazar".

Uma vez mais, o nosso jornal não esconde a esperança de ver instaurar um regime democrático no Terreiro do Paço: "Apenas as revoltas populares teriam o condão de modificar seriamente estas especulações políticas; a oposição encontra-se demasiado enfraquecida, dividida entre democratas, socialistas, comunistas e democratas cristãos. No entanto, exemplos recentes mostraram que os povos, anesthesiados por uma longa ditadura, podiam acordar brutalmente...". A 9/1/1969, o editorial *Les cents jours de M. Caetano* faz um balanço da Primavera Marcelista, perfilhando algum cepticismo perante as medidas de aparente liberalização à direita.

Finalmente, a 28/7/1970, Paul-Jean Franceschini encarrega-se de escrever o elogio fúnebre em louvor de Salazar, *senhor absoluto de Portugal de 1932 a 1968*, considerado em subtítulo como *um ditador de Antigo Regime*. O objectivo do autor reside no esforço de traçar uma minibiografia de Salazar, filiando-o na escola maurrassiana, e tomando por fontes nucleares as versões francesas das obras de António Ferro (Grasset, 1944) e Jacques Ploncard d'Assac (*Table Ronde*, 1967). Longe de constituir um trabalho inovador, o artigo de investigação com chancela de Franceschini traduz já o embaraço que os historiadores franceses sentirão, ao abordarem futuramente o regime salazarista<sup>(39)</sup>.

Com base no conjunto da informação tratada procedemos a uma inventariação semântica, sem preocupações estatísticas, da terminologia que mais exuberantemente serviu de caracterização mediática ao ditador, ao regime e ao povo português:

(\*) Ver por todos António Pinto da Costa, *O salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa, Estampa, 1992.

SALAZAR	O REGIME	O POVO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutor</li> <li>• Primeiro Ministro perpétuo</li> <li>• Opressor</li> <li>• Colonialista</li> <li>• Antigo professor de Coimbra</li> <li>• Discípulo de Mauras</li> <li>• Caso de longevidade</li> <li>• Inimigo feroz da democracia</li> <li>• Senhor absoluto de Portugal</li> <li>• Ditador de Antigo Regime</li> <li>• Um homem que não queria governar</li> <li>• O decano dos Primeiros Ministros europeus</li> <li>• O velho Senhor de Lisboa</li> <li>• Homem desconcertante</li> <li>• Visual severo e antiquado</li> <li>• Personagem glacial</li> <li>• Ditador de gabinete</li> <li>• Frio executor</li> <li>• Austero</li> <li>• De modesta condição</li> <li>• Professando horror às multidões</li> <li>• Senhor incontestado do País sem ter assumido a chefia do Estado</li> <li>• Mestre-escola piedoso e pessimista</li> <li>• Asceta do poder</li> <li>• Defensor da civilização cristã</li> <li>• Advogado da supremacia da raça branca</li> <li>• Ditador discreto e incorruptível</li> <li>• Pequeno-burguês</li> <li>• Inamovível desde 1932</li> <li>• Professor de Economia Política</li> <li>• Seminarista fracassado</li> <li>• Um ditador diferente dos outros</li> <li>• Ele é o Estado</li> <li>• O amigo do Cardeal</li> <li>• Homem de trato reitoral</li> <li>• Prior de aldeia</li> <li>• Secreto</li> <li>• Implacável com os adversários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corporativo</li> <li>• Estado-polícia</li> <li>• Ditadura</li> <li>• República unitária-corporativa</li> <li>• A mais velha ditadura europeia</li> <li>• Ordem imobilista</li> <li>• Regido por estruturas medievais</li> <li>• Anti-intelectual</li> <li>• Anti-comunista</li> <li>• País atrasado</li> <li>• Imobilista</li> <li>• Agrário</li> <li>• Recusando totalmente o progresso</li> <li>• Democracia selectiva</li> <li>• Ditadura sem ditador</li> <li>• Estrutura agrária feudal</li> <li>• País em vias de desenvolvimento</li> <li>• Industrialização timorata e atrasada</li> <li>• Conservantista</li> <li>• País de rotinas</li> <li>• A Nação europeia mais atrasada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maioritariamente católico</li> <li>• Politicamente abúlico</li> <li>• Anestesiado pelo futebol</li> <li>• Semi-analfabeto</li> <li>• Esmagadoramente rural</li> <li>• Mergulhado numa pobreza endémica</li> <li>• Pouco dado à especulação intelectual</li> <li>• Auferindo os mais baixos salários europeus</li> <li>• Mão-de-obra obriagada a emigrar</li> <li>• Fora de Lisboa, o povo vive submerso em miséria</li> <li>• Venera a antiguidade e a hierarquia</li> <li>• Oposição reduzida à clandestinidade precária</li> <li>• Sujeito a insidiosas violências durante 40 anos</li> <li>• Infeliz</li> </ul>

A descodificação semântica de uma certa portugalidade, adjectivada e substantivizada sob um prisma de exogeneidade, permite-nos inferir que o *stock* informativo ao dispor do órgão de comunicação em epígrafe nem sempre foi o de melhor qualidade. A deficiência informativa (deformadora?), revela-se, não raro, através da medição do hiato que vai entre a ocorrência do facto e a sua transfiguração em notícia. Olhando à tabela apresentada, vemos que Salazar é caracterizado mediante recurso frequente a paradigmas de atribuição social, incidindo sobre o comportamento e a personalidade, cristalizando uma gama de acções consideradas socialmente indesejáveis, senão tidas por a-normais, ou desviantes, por comparação aos modelos de formação da cidadania, em curso num País como a

França<sup>(40)</sup>. O mesmo vale para a terminologia proposta, reportada ao regime e à população portuguesa. Com o escoar dos anos, os gestores da opinião pública *Le Monde*, e os seus imediatos consumidores, nutrirão do regime um conjunto de expectativas e previsões estereotipadas, normativas e específicas. Certo número de estereótipos, profundamente enraizados, servem aos autores para definirem um psiquismo luso imutável (autoritarismo *versus* decadentismo).

Não surpreende, por conseguinte, que tal previsibilidade radique, por vezes, em erros de atribuições. Notório, também, o esforço de categorização sócio-política e cultural desenvolvido pelos jornalistas ao longo dos anos, de modo a ordenarem indivíduos singulares, grupos de pessoas, ou objectos, com afinidades e semelhanças entre si. A filtragem da informação/notícia joga com valorações antinómicas, como empatia-antipatia, identificando um meio exógeno mal conhecido e, simultaneamente, operando a redução da complexidade portuguesa.

Não constituindo, embora, objecto nuclear do nosso estudo, tivemos em conta antigos e neodiscursos de vertebração determinística, largamente discutíveis, dado fazerem da portugalidade uma leitura enformada pelas premissas de ultrapassadas filosofias da história. Radicará nesta linha o binómio Messianismo regeneracionista/Decadentismo, fazendo eco de dislates, pretensamente científicos<sup>(41)</sup>, veiculados pelo menos desde o século XIX: "O povo português é resultado de uma grossa massa de autóctones, os lusitanos, aos quais vieram juntar-se no decurso dos séculos, os iberos, os celtas, os gregos, os romanos, os suevos, os visigodos e os mouros. O tipo geral é moreno, os olhos e os cabelos castanhos ou pretos, estatura mediana, crânio alongado (a raça ibero-insular de Deniker), mas este difere consoante as províncias. O Minho é habitado por uma raça mais vigorosa, loura, pele branca, e olhos azuis, talvez descendente dos suevos; no Sul

<sup>i40)</sup> Veja-se, comparativamente, alguns dados em João Medina, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977.

<sup>(41)</sup> Entre outros, Mendes Corrêa, *Os criminosos portugueses*, Lisboa, 1914; Fonseca Cardoso, "Antropologia portuguesa", in *Notas sobre Portugal*, Lisboa, 1908; Ferraz de Macedo, *Bosquejos de antropologia criminal*, Lisboa, 1900; Costa Ferreira, "La capacité du crâne chez les portugais", *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, Série V, vol. IV. Por todos, Irene Vaquinhas, "O conceito de decadência da raça e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 14, 1992, pp. 365-388.

encontramos a cada passo o tipo berbere, de tez escura e olhos negros; na região de Aveiro persiste ainda o tipo grego de traça pura. No seu conjunto o povo português difere profundamente do espanhol. Este povo é corajoso, quase humilde, resignado... falta, no entanto, aos portugueses as faculdades da abstracção; eles caracterizam-se pelo gosto do anedótico e do pitoresco" (in *Guide touristique du Portugal*, Paris, Hachette, 1964, p. 26). Embora não constituam ferramentas úteis ao actual modo de fazer história, subsistem ainda apelos a códigos esotéricos e filosofias da história, sobretudo nas vozes de António Quadros e Fernando Dacosta.

De momento, parece-nos indiscutível que certos clichés, apanágio do "decadentismo da raça lusa", inventariados nas fontes utilizadas para a estruturação deste trabalho, beneficiaram de construções teóricas endógenas (leia-se, por exemplo o colectivo *Portugal: Mitos revisitados*, Lisboa, Salamandra, 1993, coordenação de Yvette Centeno).

## MAITRE ABSOLU DU PORTUGAL, DE 1932 A 1968

# Antonio de Oliveira Salazar est mort

Le Dr Antonio de Oliveira Salazar, ancien président du conseil portugais, est mort lundi matin à Lisbonne. Il était âgé de quatre-vingt-un ans. Frappé d'une hémorragie cérébrale, le 17 septembre 1968, il avait été remplacé à la présidence du conseil par M. Marcelo Caetano. Le 26 septembre. Bien que très diminué, le Dr Salazar, maître absolu du Portugal depuis 1932, continuait à s'intéresser aux affaires de l'Etat et il avait même participé aux élections générales d'octobre 1969.

Victime d'une affection rénale suivie de complications cardio-vasculaires il y a douze jours, son état était considéré comme désespéré dès samedi soir. M. Marcelo Caetano s'est immédiatement rendu à la résidence de l'ancien président du conseil, et l'amiral Americo Tomas, chef de l'Etat, actuellement en voyage aux îles de Sao-Tomé, doit regagner Lisbonne. La mort du Dr Salazar ne devrait soulever aucun problème politique au Portugal, le régime institué par l'ancien professeur d'économie de Coimbra ayant trouvé un continuateur en la personne de M. Caetano.

## Un dictateur d'ancien régime

« Cet homme qui fait partie du gouvernement ne voulait pas gouverner. Député, il a assisté à une séance et n'est jamais retourné au Parlement. Il a été ministre, il l'est resté cinq jours, il est parti et ne voulait pas revenir. On lui a donné le gouvernement, il ne l'a pas conquis, du moins pas à la manière classique et bien connue chez nous. Il n'a pas conspiré, il n'a commandé aucun groupe, il n'a pas intrigué. Rester ou partir a tout l'air de lui être indifférent et cependant il reste. Il reste depuis si longtemps et il le fait si tranquillement qu'on dirait qu'il menace de ne jamais plus s'en aller. »

Seule la maladie a pu arracher à son poste le doyen finalement de tous les chefs de gouvernement du monde. Laissera-t-il cette image livrée dans la préface d'un livre louangeur sur sa personne et sur son œuvre ? (1) Le vieux monsieur de Lisbonne, au visage fin et aux cheveux blancs, courts et coupant de manières, avec son élégance passée de mode, ses costumes stricts et ses bottines, a déconcerté beaucoup plus encore qu'il n'a indigné ou séduit. Ses admirateurs — le plus

Par P.-J. FRANCESCHINI

souvent dévôts du principe d'autorité — ont cherché sans grand succès à humaniser un personnage glacial et guindé de dictateur de cabinet. Ils ont rappelé que ce puritain n'ignorait pas les élans du cœur, que si l'on ne rencontre pas de femme dans sa vie, il a eu une servante dévouée et a adopté une petite fille. Pour se montrer sous son vrai jour à ses contemporains, il a même, faisant violence à sa nature, passé de brèves vacances en compagnie d'une journaliste qui s'est difficilement remise de cette surprise et de cet honneur. On n'échappe pas à si bon compte à sa réputation, lorsqu'on s'est voulu « froid exécuteur de l'intérêt national ». Salazar semble avoir été, par instants, incommodé par l'homme d'Etat austère et désincarné dont il jouait trop bien le rôle. Ce tuteur maussade de la nation aurait-il voulu être aimé, comme Arnolphe ? C'est bien difficile lorsqu'on a dit : « Gouverner, voyez-vous, c'est protéger les gens contre eux-mêmes. »

l'Eglise, allant jusqu'à donner sa démission de ministre et à faire tomber un cabinet parce que son chef se proposait de limiter les processions et sonneries de cloche. Sa moindre amertume ne sera pas de voir, à la fin de son règne, l'Eglise moins inconditionnellement fidèle.

(Lire la suite page 5, 4<sup>e</sup> col.)

## Le fils du régisseur

Antonio de Oliveira Salazar naît le 28 avril 1889, à Santa Comba Dão, un petit village de l'une des régions les plus fertiles du Portugal. Son père gère les biens d'un gros propriétaire terrien. Il n'est pas indifférent que le futur maître du pays ait, dans son enfance, admiré et aimé l'intendant fidèle de l'écriture, entendu chaque soir boucler des comptes et supputer les récoltes. Dans ce pays

fervent, sa mère, Maria, est connue pour sa piété. A onze ans, Antonio est mis au séminaire. Il y restera huit ans et proclamera toute sa vie sa gratitude pour les « bons Pères » qui ont accueilli et aidé l'enfant de modeste condition dont ils discernaient l'intelligence. C'est un élève pieux et appliqué, vite président de la congrégation de Notre-Dame, lauréat discret de toutes les distributions de prix. Sa seule passion va au cours de théologie et à saint Thomas d'Aquin. Toute sa carrière, il sera le défenseur de

(1) Antonio Ferro, Salazar, le Portugal et son chef, ed. Grasset, 1944.

Primeira página do artigo de P.-J. Franceschini publicado no jornal Le Monde de 28 de julho de 1970.